

Novas formas de golpe: as democracias em crise

LARISSA MARTINS MARQUES

JOÃO GABRIEL RIBEIRO PESSANHA LEAL

RESENHA: PRZEWORSKI, Adam. **Crises da democracia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

A democracia de massa, popularizada e expandida em uma parte expressiva de países passa atualmente por novos riscos. O perigo não está mais nos tradicionais golpes militares apoiados por potências internacionais e que marcaram os anos 1960, 1970 e 1980. Atualmente, os percalços são manifestados por meio de ações de políticos eleitos por vias democráticas que, em suas falas e em suas ações administrativas, tentam ferir a legitimidade de tal sistema.

Por volta dos anos 2010, muitos acadêmicos, como Kendall-Taylor (2019); Levitsky e Ziblatt (2018) e Nancy Bermeo (2016), buscaram elucidar os possíveis impactos na estabilidade democrática de sucessivas vitórias de políticos que apresentaram discursos autoritários. A preocupação teórica dos autores citados é entender os atuais processos de erosão dos sistemas de governo com legitimidade advinda do voto, sobretudo, os mecanismos utilizados por certos políticos para enfraquecer os pilares democráticos. Essa é, justamente, a temática principal abordada por Adam Przeworski na sua obra *Crises da Democracia*.

Przeworski é professor de Política e Economia da Universidade de Nova York (NYU) e um cientista que se preocupa com questões

LARISSA MARTINS MARQUES

Mestranda em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. E-mail: larissamarquess@gmail.com

JOÃO GABRIEL RIBEIRO PESSANHA LEAL

Doutorando em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP/FIOCRUZ).Email: jgabrielrpj@gmail.com

que permeiam de forma central e lateral a democracia. Se vincula a uma corrente de teóricos que classificam um sistema de governo como democrático, a partir de um rol mínimo de requisitos. Essa perspectiva é chamada de “minimalista” e nela se encontram autores como Joseph Schumpeter e Robert Dahl. É de acordo com ela que Przeworski analisa modelos democráticos a partir de uma lógica de condições básicas para realização de uma disputa eleitoral. Segundo o autor, democracia é o regime em que políticos saem dos seus cargos no momento posterior à disputa e perda de uma eleição. Sua definição não menciona a maioria dos eleitores ou sequer a vontade popular, ou seja, é um conceito simples e direto: “democracia é um regime em que os governantes deixam o poder quando perdem as eleições” (PRZEWORSKI, 2020, p. 20). Ao manipular essa base teórica, o pesquisador se debruça sobre o fenômeno das instabilidades democráticas atuais.

Poucos anos antes da publicação desse trabalho, Levitsky e Ziblatt (2018), com a mesma preocupação, publicaram um livro com o objetivo de apontar os riscos enfrentados pela consolidada democracia norte-americana. Os capítulos abordam como esse regime poderia ser enfraquecido ou entrar em colapso de maneira legal e interna. Os autores se preocupam em esclarecer que existem duas maneiras de enfraquecimento das democracias: por meio de golpes de Estado ou por líderes eleitos. Nesta última opção, os riscos de democracias se subverterem a regimes autoritários teriam início nas urnas. Para embasar tal tese, apresentaram exemplos nas mudanças institucionais relativas ao sistema eleitoral norte-americano e como esses ajustes corroboraram a decantar no processo de ascensão e êxito eleitoral de demagogos. Nesta mesma agenda de pesquisa, encontra-se a obra objeto desta resenha.

Segundo Przeworski, governantes como Vladimir Putin (Rússia), Recep Erdogan (Turquia) e Donald Trump (EUA) chegam ao poder de forma democrática. Uma vez lá, promovem mudanças nas legislações de seus países para adequar a lógica eleitoral às suas agendas pessoais. Com táticas que provocam o enfraquecimento das instituições, buscam calar a imprensa independente e asfixiar a oposição, reduzindo os riscos de derrota em uma

eleição – e, conseqüentemente, a perda do poder. Dessa forma, *Crisis da Democracia* parte de um temor presente e muito forte sobre a possibilidade ou a capacidade de as democracias ao redor do globo resistirem aos ataques e às aparentes crises que enfrentam no período atual.

Para tanto, o autor estrutura a sua argumentação ao longo do livro em uma abordagem temporal baseada em três partes circunscrevendo o passado, presente e o futuro. No passado, o autor procura casos que possam auxiliar na compreensão deste atual momento convulsionado. Quanto ao presente, Przeworski traz questionamentos sobre o que está acontecendo e analisa o avanço populista no mundo, a ascensão da extrema-direita, imigração e preconceitos presentes em novas marchas que parecem levar o mundo a destinos autoritários. Na seção que trata sobre o futuro, é exposto uma análise conjuntural dos possíveis caminhos viáveis que a democracia pode tomar diante do cenário apresentado, como também se trabalha alguns dos conceitos que o autor carrega ao longo dos seus mais de cinquenta anos de experiência no assunto.

A primeira parte do livro é constituída de quatro estudos de casos relacionados a países que viveram instabilidades democráticas. Nos dois primeiros, uma ruptura foi consumada – a Alemanha regida pela constituição de Weimar e o Chile. Já os dois últimos, se referem a crises em que o sistema encontrou saídas nas instituições sem o seu desmantelamento, como é a França e os Estados Unidos.

A Alemanha, entre 1928 e 1933, vivenciava tempos sombrios. A recém-criada democracia alemã tinha em seus traços principais a violência: agentes democráticos eram mortos por paramilitares de direita e partidos políticos se ligavam a grupos armados com o objetivo de criar guardas para as reuniões, impressionar e intimidar a opinião dos eleitores e opositores com as grandes marchas. A democracia alemã também observou o declínio dos quatro maiores partidos em 1919 e o descrédito da política partidária conhecida como “System”. O aumento de conflitos após a crise econômica trouxe um acréscimo de 82% da participação eleitoral em 1930, impulsionada por movimentos nazistas. Devido

ao processo de instabilidade pelo qual essa república atravessava, muitos cidadãos passaram a aceitar promessas claramente ilusórias que jamais poderiam ser executadas.

O fato de os alemães passarem por forte período de inflação, rápido enriquecimento e o crescimento de uma luta contra um possível inimigo interno e externo culminou em um cenário propenso para charlatães e vigaristas. A partir de 1930, Hitler, que era apenas mais um entre muitos, ganhou destaque e alcançou o poder de modo legal por meio de uma lacuna institucional. Em 1933, o personagem político tomou posse do cargo de chanceler e deu início ao processo de acúmulo de poder ditatorial a partir do momento em que aprovou uma lei que o permitia baixar decretos e se afastar da constituição vigente. A partir desse processo, o golpe final contra a República de Weimar foi dado através de moldes constitucionais.

A ruptura democrática chilena, ocorrida entre 1970 e 1973, começa com a manifestação pelos movimentos de direita de uma campanha contra a dominação soviética apoiados pelos Estados Unidos. A queda ocorre quando o Chile, por ser um regime inteiramente presidencial, passou a padecer da paralisia do fluxo de leis entre o Legislativo e o Executivo. Quando essa paralisia estava demasiadamente alta, o chefe do executivo nacional demandava poderes de emergência e o Congresso buscava o *impeachment* do Presidente. Em decorrência desse processo, o país presenciava o aumento da inflação, diminuição das rendas, ocorria uma generalização da escassez e partidos rivais buscavam se ascender nas urnas.

Além disso, o país passava por uma tensão entre democracia e capitalismo. O presidente não conseguia realizar profundas transformações econômicas e sociais pois sua coalizão não tinha maioria no Legislativo e seu mandato impopular não teve maioria. Por mais que Allende tenha vencido e tentado governar conforme as regras, estava sofrendo pressões de uma elite com privilégios sob ameaça e, por isso, recorreu à ajuda de militares que aceitaram o pedido prontamente. Em períodos diferentes, essas duas democracias trilharam o caminho do fim. Diferentemente dos dois próximos casos.

A França atravessou os anos de 1954-1962 com a incerteza, por parte dos governos, de como lidar com o conflito argelino e formar administrações estáveis e confiáveis. Em decorrência disso, foi possível encontrar problemas na esfera econômica, social e militar. O conflito que se seguiu foi responsável por dividir a sociedade francesa com períodos de repressão policial aos manifestantes extremamente brutal.

De modo geral, a sociedade francesa acabava de passar por um completo desastre sem conseguir produzir um grupo de lideranças que soubessem lidar com a crise. Por seu lado, os militares se articulavam para influenciar novos governos ao exigir e conseguir a possibilidade de governar por decreto e mudar a Constituição. Este governo gera o controle da imprensa, da rádio, proíbe as organizações dos dois lados do conflito e processa as pessoas por “desmoralizarem o Exército”. Por mais que esse cenário tenha alcançado tamanha complexidade, a democracia francesa sobreviveu. Graças à mudança Constitucional em prol do fortalecimento do poder do chefe do executivo – ação que provocou estabilidade aos governos – a situação foi atenuada. O novo representante eleito detinha quase poderes ilimitados, mas foi obrigado a tolerar a oposição e preservar a democracia.

Da mesma forma que a França, os Estados Unidos da América (EUA) também presenciaram em 1960 conflitos sociais. Os assassinatos políticos de Martin Luther King e Robert Kennedy, o envolvimento do país na guerra do Vietnã, o uso de recursos dos governos para objetivos próprios por parte de Nixon são exemplos do contexto político da época. O então presidente passou a vigiar um adversário e criou uma lista de inimigos com a intenção de intimidar, com o auxílio de órgãos federais, aqueles que a compunham. A democracia norte-americana sobrevive por meio do funcionamento do sistema de freios e contrapesos contra o abuso de poder. O senado votou a favor de iniciar uma investigação sobre o incidente em Watergate e a Câmara abre um processo de *impeachment*. Mesmo que essas duas casas fossem compostas majoritariamente por democratas, houve uma parte desses representantes que votaram contra o presidente. Diante de uma derrota irremediável, o presidente Nixon renunciou em 1974.

Na segunda parte do livro, o autor apresenta as características da crise democrática atual, de modo a responder a seguinte questão: quais são os contornos que compõem o caráter inédito desta crise? Neste sentido, o fator característico principal está respaldado em uma questão de ordem econômica. Os países ocidentais passaram nos últimos anos por um crescimento lento combinado com o aumento da desigualdade de renda. Situação que produziu, pela primeira vez no Ocidente moderno, percepções populares e razoáveis de que a vida não vai melhorar em termos geracionais. Um outro sinal é o aparente declínio de instituições tradicionalmente incumbidas por fazer a conexão entre as demandas sociais e os mecanismos políticos responsáveis pela produção de políticas públicas, como os sindicatos e, principalmente, os partidos políticos. Nesse esvaziamento, outros atores empoderados por um discurso, de certa forma, antipolítica começaram a se destacar.

Essa crise também é marcada por um avanço de partidos com atitudes extremistas de cunho, por exemplo, xenófobo e racista na Europa. São apresentados uma série de dados que mostram que o apoio a partidos tradicionais caiu, enquanto o volume de votos em partidos da direita radical aumentou. Outra questão nesta perspectiva foi a tendência de diminuição do apoio à democracia nas pesquisas de opinião pública. Przeworski (2020) utilizou um trabalho que examinou vinte e seis países da União Europeia que indica que o apoio à democracia diminuiu em vinte países e aumentou em seis. A queda do apoio à democracia foi maior justamente em países como Grécia e Espanha, os quais sofreram mais com a crise de 2008 (PRZEWORSKI, 2020).

Na terceira parte do livro, o autor detalha o conceito de democracia minimalista, questão trabalhada ao longo de suas vastas obras. Como dito no começo, tal conceito é calcado fundamentalmente em atributos mais básicos, como a segurança de existência de eleições competitivas, direitos de expressão e associação. A partir desta concepção, ele estabelece a sua visão de futuro para as democracias mediante riscos e crises do presente.

Para o futuro, mesmo esclarecendo o receio de apresentar previsões políticas, o autor aponta palpites pessimistas e otimistas para as arenas políticas e econômicas, deixando ao leitor a

prerrogativa de qual cenário lhe convém melhor aderir. Em relação à esfera econômica, a hipótese otimista é que sentimentos como a não mobilidade entre as gerações, a estagnação dos baixos salários e a insegurança no emprego irão cessar. Junto a este processo, a insatisfação política acarretada pelas percepções econômicas ruins também irá diminuir e o impasse político será atenuado. Já a hipótese pessimista é aquela que diz que, por mais que aumentem as demandas de emprego, não há nada que possa tirar da inércia os salários mais baixos. Mesmo com o crescimento da demanda de empregos, o aumento dos salários em conjunto é algo de difícil crença. Para o autor, os efeitos negativos desse cenário poderiam ser mitigados com políticas de redistribuição de renda. Porém, a implementação de uma renda mínima não seria capaz de evitar o crescimento de guetos ou favelas – meio em que é possível encontrar escolas ruins, segregação racial, desemprego e crime. Para estes espaços, nem a esquerda nem a direita sabem o que pode ser feito e, assim, fica garantida a perpetuação da desigualdade e da segregação.

Quanto ao cenário político em democracias, ele afirma que, a cada dois eleitores, um é o perdedor. Muitos dos eleitores vitoriosos ficam frustrados com o desempenho de seus representantes nos cargos e, mesmo assim, é normal o sentimento de que nas próximas eleições o partido ou representante irá ter um melhor desempenho. Quando isso não ocorre e as pessoas permanecem sem ver mudanças em suas vidas, um sentimento antissistema passa a crescer individualmente e se disseminar coletivamente. Quanto a esta esfera, a principal hipótese pessimista do autor é a de que nem os governos estadunidenses dos partidos republicanos ou democratas ou representantes europeus possam melhorar a vida dos cidadãos e serão propulsores apenas do fortalecimento de sentimentos *antiestablishment*.

De maneira geral, nota-se que Przeworski (2020) desenvolve o livro respaldado em três principais argumentos. Primeiramente, ele buscou responder qual foi o processo sociológico que fez com que políticos demagogos chegassem ao ponto de obter viabilidade eleitoral. Para ele, os cidadãos passaram a não perceber que há efetivamente uma alteração econômica ou social em suas vidas a

partir do voto, visto que os partidos políticos tradicionais, mesmo que de clivagens ideológicas distintas, já não foram capazes de exercer suas posições institucionais e gerar as esperadas alterações estruturais. Do ponto de vista do eleitor, ser de que esquerda ou de direita não resultou em mudanças perceptíveis nos últimos anos. A consequência deste processo foi a aposta política em lideranças demagógicas, ou seja, um voto contra o *establishment*.

Em um segundo argumento, Przeworski (2020) relata que as eleições precisam possuir um caráter moderado de ordem de importância. Não podem ser pouco importantes a ponto de não criar um incentivo ao eleitor de participar do pleito e não podem ser demasiadamente relevantes ao nível de gerar uma sensação de ameaça existencial para o lado perdedor.

O último argumento estrutural trata das alternativas de se remodelar os regimes democráticos. Para Przeworski (2020), um dos principais sinais desse fenômeno, e que o faz se diferenciar de outros momentos de crise, é que dessa vez a democracia sofre ataques por vias endógenas e não advindas de rupturas realizadas por fatores exógenos como ocorridos anteriormente. No passado, notadamente ao longo da Guerra Fria e da alternância entre regimes democrático e ditatorial, o enfraquecimento da democracia ocorria geralmente a partir de um golpe militar. No período atual, os governantes são eleitos e, já no poder, mobilizam mudanças institucionais que de certa forma ferem conceitos básicos para a perpetuação de tal modelo. Essa é uma das principais características do atual momento. A realidade global dos últimos anos demonstrou que alguns políticos podem manter aspectos simbólicos de uma democracia ao permanecer no poder indefinidamente. Por exemplo, Maduro, na Venezuela, Putin, na Rússia, e Recep Erdogan, na Turquia, além de Viktor Orbán, na Hungria, e Narendra Modi, na Índia.

Przeworski (2020) é defensor de uma clássica afirmação: a democracia é a pior forma de governo, com exceção de todas as outras. Muitos aspectos podem respaldar essa afirmação. Tal modelo se mostrou o mais eficiente para o desenvolvimento econômico, social e tecnológico de uma sociedade e nele há um processo razoável de distribuição de renda ao longo do tempo.

Porém, o que chama atenção é um aspecto não tão destacado nos livros clássicos de Ciência Política e que o referido autor faz questão de apontar: a democracia impede que as pessoas briguem entre si e entrem em conflitos em que matem uns aos outros. Isso é pouco, mas, ao mesmo tempo, é expressivamente relevante.

Os apontamentos do autor podem ser instrumentalizados para compreender e interpretar a realidade conjuntural do Brasil. Jair Bolsonaro é o presidente da nova república que pior conviveu com os limites impostos pelos demais poderes federativos e os órgãos de controle. Em seu governo, deslegitimou as eleições e a autoridade do TSE (cf. SHALDERS, 2021), interferiu na Polícia Federal para alcançar um benefício familiar (cf. CHAGAS; GIMENES; CARVALHO, 2020), pediu o *impeachment* de um ministro do Supremo Tribunal Federal sem base jurídica (cf. BRANDINO; GALF, 2021), além de ter atacado a Anvisa mediante ações no combate à epidemia do novo coronavírus (cf. MEDEIROS, 2022).

Tanto atualmente quanto em outros momentos da história brasileira, o olhar hegemônico postula que as crises políticas possuem origens na natureza das instituições. Pensa-se em formas de enquadrar institucionalmente o comportamento do presidente a partir da diminuição de seu poder e, até mesmo, de viabilizar uma mudança de regime político para o parlamentarismo. Como apontado por Przeworski (2020), os especialistas devem se preocupar também com os atores políticos envolvidos, assim como com suas intenções quando estão administrando a máquina de Estado, indo além das observações em torno das amarrações institucionais. O caso brasileiro é um exemplo desse processo. O país é controlado por um presidente possuidor da intenção de desmobilizar certos pilares da democracia. Nesta situação, o problema está na escolha do mandatário e não no funcionamento institucional. Ou seja, não adianta ter um bom modelo de democracia, se este estiver nas mãos de quem não possui valores democráticos.

REFERÊNCIAS

BERMEO, N. On democratic backsliding. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 1, p. 5–19, 2016.

BRANDINO, G.; GALF, R. Pedido de impeachment de Bolsonaro contra Moraes tem base jurídica? Entenda. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 ago. 2021. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/pedido-de-impeachment-de-bolsonaro-contramoraes-tem-base-juridica-entenda.shtml>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CHAGAS, R.; GIMENES, E.; CARVALHO, I. Em reunião, Bolsonaro confessa interferência na PF e intenção de “proteger a família”. **Brasil de Fato**, [online], 22 mai. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/22/em-reuniao-bolsonaro-confessa-interferencia-na-pf-e-intencao-de-proteger-a-familia>. Acesso em: 19 jul. 2022.

KENDALL-TAYLOR, A. **Hearing on “Autocracy’s Advance and Democracy’s Decline: National Security Implications of the Rise of Authoritarianism Around the World”**. [s.l.]: [s.n.], 2019.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MEDEIROS, T. Bolsonaro volta a atacar Anvisa: “Virou outro poder no Brasil. É a dona da verdade”. **Correio Braziliense**, [online], 06 jan. 2022. Brasil. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/01/4975751-bolsonaro-volta-a-atacar-anvisa-virou-outro-poder-no-brasil-e-a-dona-da-verdade.htm>. Acesso em: 19 jul. 2022.

PRZEWORSKI, A. **Crises da democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SHALDERS, A. Discurso de Fux é a fala mais dura contra Bolsonaro até agora, mas tensão cresce desde ano passado. **Estadão**, São Paulo, 09 set. 2021. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,discurso-de-fux-e-a-fala-mais-dura-contrabolsonaro-ate-agora-mas-tensao-cresce-desde-ano-passado,70003835420>. Acesso em: 19 jul. 2022.